

*Ana Maria Cardoso de Matos, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista: o Caso dos Lanifícios do Alentejo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, 487 páginas.

No passado, muitos dos estudos académicos sobre Portugal apresentavam rotineiramente o atraso económico, o lento crescimento industrial ou as rudimentares técnicas agrícolas do país para explicar o seu baixo nível de vida, a sua incapacidade para desenvolver as colónias em África, ou a sua recusa em proceder à descolonização na década de 70. A responsabilidade por este crescimento retardado tem sido imputada a variadíssimos factores, mas o Tratado de Methuen desempenhou frequentemente o papel do principal vilão no drama do atraso português. Conforme foi afirmado, o Tratado de Methuen de 1703 estabeleceu os termos do comércio em favor da Inglaterra de modo a permitir-lhe exportar têxteis para Portugal sob direitos alfandegários extremamente favoráveis durante um longo período de tempo. A presença de tecidos baratos ingleses impediu o potencial de crescimento e florescimento de uma indústria têxtil nacional, pelo que o país só muito lentamente iniciaria a sua corrida para a industrialização, desvantagem da qual nunca viria a recuperar inteiramente — tal era, pouco mais ou menos, a versão estabelecida dos factos.

Os estudiosos portugueses têm vindo a desenvolver ao longo dos anos esta fastidiosa tese sobre o «atraso» económico de Portugal. Mas eis que surge agora um novo estudo que desafia os alicerces sobre os quais aquela assentava. No seu livro *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial: o Caso dos Lanifícios do Alentejo*, Ana Maria Cardoso de Matos reúne uma grande profusão de dados úteis sobre o contributo da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da indústria portuguesa nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX. Contrariando aquelas perspectivas que defendem um Portugal «atrasado» em relação ao resto da Europa do século XIX, Ana Maria Cardoso de Matos demonstra que, em muitos aspectos, Portugal acompanhou a par e passo aquilo que estava a acontecer nos outros países, particularmente na Inglaterra. Ainda que não tivesse sido um líder nos campos da experimentação científica ou da organização industrial, Portugal foi, contudo, um competente seguidor dos mesmos.

À semelhança do que acontecia no resto da Europa, os cientistas e empresários portugueses dos séculos XVIII e XIX reconheciam a importância da investigação científica e da sua aplicação prática ao desenvolvimento da indústria. Compreendiam a importância dos avanços tecnológicos e davam o devido valor aos benefícios trazidos pela mecanização. Seguiam avidamente as inovações e

progressos que ocorriam no resto da Europa, adaptando-os e aplicando-os às condições particulares que prevaleciam em Portugal.

Homens como João de Andrade Corvo, Alexandre Herculano, Henrique Nunes Cardoso, Fradesso da Silveira e Emílio Larcher (a cuja dinastia a autora dedica um dos capítulos da segunda parte do seu livro) passaram grande parte das suas vidas a esclarecer os seus contemporâneos sobre os desenvolvimentos científicos ou a promover as virtudes da indústria. À semelhança dos seus homólogos no resto da Europa, empresários, cientistas, engenheiros e indivíduos interessados formaram associações, como a Academia Real das Ciências de Lisboa ou a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, para debaterem os mais recentes avanços científicos ou promoverem a aplicação dos princípios científicos à indústria ou à agricultura. A partir do século XVIII e ao longo do século XIX surgiu toda uma série de publicações científicas, dicionários, enciclopédias, revistas, almanaques e jornais com o objectivo de difundir de forma mais ampla o conhecimento obtido por meio das experiências científicas e da sua aplicação prática. Embora o trabalho nos laboratórios científicos, a fundação de fábricas ou a formação de associações estivessem, na maioria dos casos, nas mãos de uma elite, a criação de museus da ciência e da tecnologia, bem como de exposições industriais, deram ao público a oportunidade de testemu-

nhar, ainda que por um breve momento, os milagres da ciência e os benefícios trazidos pela industrialização. Uma dessas exposições, organizada em 1844 pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, foi visitada por 6000 pessoas ao longo de um período de 22 dias. Além disso, realizaram-se alguns esforços para a instituição de escolas industriais ou de engenharia, bem como para a introdução de disciplinas científicas no ensino secundário e para a criação de laboratórios. Alguns indivíduos interessados realizaram também viagens ao estrangeiro para inspecionarem as mais recentes peças de maquinaria ou conhecerem as novas descobertas científicas. Longe de ignorarem aquilo que estava a acontecer no resto da Europa da época, um número considerável de portugueses cultos seguiam com entusiasmo as invenções e inovações científicas ocorridas em finais do século XVIII e ao longo do século seguinte, não só como observadores, mas até como participantes.

Se a elite portuguesa se encontrava mais do que disposta a levar à prática as descobertas científicas ou a incrementar a sua própria tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional, o que explica então o relativo atraso que a economia portuguesa revelava nos inícios do século XX? De facto, na viragem do século, Portugal apresentava um dos mais baixos níveis de vida e uma das mais elevadas proporções de população agrícola. Ana Maria Cardoso de

Matos verifica que alguns direitos alfandegários e tratados comerciais com outros países eram desfavoráveis à indústria portuguesa, mas uma das razões era a de que o governo português não possuía informação estatística completa sobre o número exacto de fábricas existentes, o número de indivíduos que nelas trabalhavam e a quantidade de *inputs* internos utilizados, não podendo assim aferir o total contributo da indústria para o produto nacional. A ausência de protecção afectou negativamente a indústria da lã do Alentejo, à qual Ana Maria Cardoso de Matos dedica a segunda metade do seu livro. A autora defende que a política de comércio livre vigente no decurso do século XIX permitiu a exportação de lã churda, gerando assim carências de matéria-prima para as indústrias de lanifícios do Sul em crescimento. Além disso, a procura estrangeira de lã churda levou à subida dos preços, agravando desse modo os custos de produção da indústria nacional, limitando os lucros e enfurecendo os industriais. Na maioria dos casos, a pequena indústria (*cottage industry*) não possuía o capital necessário para a aquisição da lã de alto preço e teve de passar sem ela.

Ainda que, neste caso, uma muito persistente tendência favorável ao comércio livre da lã churda tenha prejudicado a indústria de lanifícios portuguesa, as políticas proteccionistas não deixaram também de produzir um efeito negativo. Ana Maria Cardoso de Matos verifica que a

promulgação de tarifas elevadas sobre a importação de produtos químicos, destinada a proteger a indústria química nacional, funcionou apenas de modo a penalizar o resto da indústria portuguesa. Os produtores de químicos do país revelavam-se incapazes de fornecer às indústrias os tipos de químicos de que necessitavam, e nas quantidades que exigiam, forçando-as a grandes despesas para a aquisição dos químicos estrangeiros importados. Além disto, um amplo conjunto de factores internos foi minando os esforços e o entusiasmo da pequena elite que promovia a indústria, contribuindo assim para a ausência de progresso industrial no decurso do século XIX. Ana Maria Cardoso de Matos nota que, embora as publicações dedicadas à ciência e à tecnologia tivessem de facto proliferado, o grau de analfabetismo do país limitava consideravelmente a sua leitura. Perante a instigação de académicos e industriais, o governo estabeleceu também, ao longo do século XIX, uma série de escolas de formação técnica e industrial; contudo, carecia dos fundos necessários para as expandir de modo que pudessem suprir as necessidades da indústria. Além disso, o governo criou novas instituições administrativas em resposta às mudanças económicas — tais como, em 1852, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria —, mas as instituições eram afectadas pela instabilidade e por um elevado grau de substituição dos seus funcionários. Estes careciam

frequentemente de formação técnica, pelo que não podiam compreender as necessidades da produção industrial, o que afectava invariavelmente a concepção das políticas económicas. Finalmente, Ana Maria Cardoso de Matos defende que os pequenos artesãos e operários da pequena indústria interna não só careciam dos meios para a aquisição de novas maquinarias, como revelavam também, em todo o caso, «relutância» em experimentar novas práticas ou «dificuldades» de adaptação às novas técnicas.

No seu conjunto, estas explicações apresentam uma perspectiva complexa e plena de *nuances* sobre o lentíssimo ritmo de industrialização de Portugal durante os finais do século XVIII e o século XIX. Afastam-nos consideravelmente das explicações simplistas do passado e contribuem para a ampliação de um corpo teórico sobre a história económica portuguesa inaugurado por Villaverde Cabral e subsequentemente enriquecido pelos trabalhos de Jaime Reis, Jorge Pedreira, Miriam Halpern Pereira e Hélder Fonseca, entre outros. O livro abre também novos caminhos de pesquisa a serem mais profundamente explorados por futuros investigadores. Um dos aspectos que parece exigir maior atenção futura é o da «relutância» e «dificuldades» que, segundo a autora, caracterizam os pequenos artesãos e produtores do Alentejo. Tal como é apresentada, esta explicação parece estar enraizada em certas noções essencialistas sobre as comu-

nidades rurais e os seus costumes «tradicionais». Investigações futuras poderão desvendar razões bastante «racionais» para a resistência das comunidades rurais à imposição da mecanização e ao desenvolvimento fabril. Uma razão que imediatamente nos acode ao espírito é a da resistência à proletarianização, bem como a de uma rejeição da insegurança e anomia que a acompanham, uma reacção rural que se encontra bem documentada noutros países da Europa.

Como todas as obras, este livro apresenta algumas falhas menores. A primeira é a ocorrência de um erro infeliz na tradução de um comentário de Peter Mathias, na p. 17, a primeira página da introdução. O excerto em questão deverá ler-se «para os seus próprios fins utilitários». A segunda diz respeito ao facto de este livro constituir praticamente duas obras numa só. Embora constitua uma ilustração útil das qualidades, desvantagens, oportunidades e obstáculos da indústria portuguesa, a análise sobre a indústria da lã que Ana Maria Cardoso de Matos apresenta na segunda parte da obra quase poderia funcionar como um livro independente. Pela altura em que alcança esta segunda parte, o leitor encontra-se já totalmente subjugado pelo carácter extraordinariamente pormenorizado da primeira. Contudo, a extensão do livro não deverá impedir-lo de apreciar uma obra rica em pormenores e convincentemente argumentada.